curso de engenheiro hidrográfico ou de especialização em oceanografia;

- d) Organismos da Direcção-Geral da Marinha (com excepção das comissões que funcionem no âmbito da mesma Direcção-Geral), departamentos, capitánias e delegações marítimas — oito anos para os oficiais superiores engenheiros construtores navais e quatro anos para os restantes oficiais;
- e) Serviços de Marinha do Gabinete Militar e de Marinha do Ministério do Ultramar — cinco anos;
- f) Arsenal do Alfeite — oito anos;
- g) Fábrica Nacional de Cordoaria — seis anos.

§ único. As condições em que são aplicadas as disposições que constam deste artigo serão fixadas por despacho do Ministro da Marinha.

Art. 176.º A Direcção do Serviço do Pessoal deverá elaborar e submeter à apreciação superior as normas que devem regular as nomeações por escolha, por oferecimento e por imposição de serviço, as quais, depois de aprovadas superiormente, serão publicadas na *Ordem da Armada*.

Art. 178.º As direcções de serviços e organismos equivalentes das Superintendências dos Serviços do Pessoal e do Material poderão ser consultadas sobre o movimento dos oficiais das classes e especialidades que respeitem às respectivas actividades. Os mesmos organismos poderão, por iniciativa própria, apresentar à Direcção do Serviço do Pessoal as sugestões que sobre o assunto julguem conveniente formular, competindo, no entanto, a esta Direcção a decisão sobre o movimento dos oficiais.

Art. 179.º

§ 1.º

§ 2.º

§ 3.º O disposto neste artigo e parágrafos anteriores é aplicável, nas mesmas condições, aos comandantes de regiões navais e de defesas marítimas territoriais relativamente às unidades navais que lhes estão atribuídas.

6.º No quadro que faz parte do artigo 16.º do Estatuto do Oficial da Armada entre as especializações de submersíveis e de mergulhador-sapador é introduzida a seguinte nova especialização:

Especializações	Letras designativas	Classes em que podem ser obtidas
Oceanografia	O	Marinha

7.º Mediante proposta do director do Instituto Hidrográfico, o Ministro da Marinha pode considerar como especializados em oceanografia os oficiais da classe de marinha de qualquer posto que na data da publicação desta portaria satisfaçam às condições necessárias para a obtenção daquela especialização.

8.º Durante o período de dois anos a partir da data da publicação desta portaria os capitães-tenentes da classe de marinha podem frequentar os cursos e estágios necessários à obtenção da especialização de oceanografia.

Ministério da Marinha, 28 de Fevereiro de 1969. —
O Ministro da Marinha, *Manuel Pereira Crespo*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Serviços Jurídicos e de Tratados

Aviso

Por ordem superior se torna público que o embaixador de Portugal na Haia efectuou em 6 de Dezembro de 1968 o depósito do instrumento de ratificação, por parte de Portugal, da Convenção Relativa à Supressão da Exigência da Legalização dos Actos Públicos Estrangeiros, concluída na Haia em 5 de Outubro de 1961.

A presente Convenção, de acordo com as disposições aplicáveis, entrou em vigor relativamente a Portugal em 4 de Fevereiro do corrente ano.

E a seguinte a lista actualizada dos países que ratificaram e aderiram à Convenção e as datas das ratificações e adesões:

- Jugoslávia — 25 de Setembro de 1962 (ratificação).
Grã-Bretanha — 21 de Agosto de 1964 (ratificação).
França — 25 de Novembro de 1964 (ratificação).
Países Baixos — 9 de Agosto de 1965 (ratificação).
República Federal da Alemanha — 15 de Dezembro de 1965 (ratificação).
Austria — 14 de Novembro de 1967 (ratificação).
Malawi — 24 de Fevereiro de 1967 (adesão).
Malta — 12 de Junho de 1967 (adesão).

A Grã-Bretanha declarou estender a aplicação da Convenção aos seguintes territórios, em relação aos quais a mesma se encontra em vigor:

- Jersey.
Baillio de Guernesey.
Ilha de Man.
Antígua.
Ilhas Bahamas.
Barbados.
Basutolândia.
Bechuanalândia.
Bermudas.
Antárctica Britânica.
Guiana Britânica.
Ilhas de Salomão Britânicas.
Bornéu.
Ilhas do Caimão.
Dominica.
Ilhas de Falkland.
Fidji.
Gibraltar.
Ilhas de Gilbert e Ellice.
Granada.
Hong-Kong.
Ilhas Maurícias.
Montserrate.
Novas Hébridas.
Santa Helena.
S. Cristóvão, Nevis e Anguilla.
Santa Lúcia.
S. Vicente.
Seychelles.
Rodésia do Sul.
Suazilândia.
Tonga.
Ilhas Turks e Caicos.
Ilhas Virgens Britânicas.

A França declarou estender a aplicação da Convenção aos seguintes territórios, em relação aos quais a mesma se encontra em vigor:

Guadalupe.
Guiana.
Martinica.
Reunião.
Comores.
Afars e Issas.
Nova Caledónia.
Wallis e Futuna.
Polinésia Francesa.
Saint Pierre e Miquelon.

A França declarou ainda estender, de comum acordo com o Governo Britânico, a aplicação da Convenção ao condomínio franco-britânico das Novas Hébridas, em relação ao qual a mesma se encontra em vigor.

Os Países Baixos declararam estender a aplicação da Convenção aos seguintes territórios holandeses, em relação aos quais a mesma se encontra em vigor:

Antilhas Holandesas.
Surinão.

A República Federal da Alemanha declarou que a Convenção se aplica ao *land* Berlim, em relação ao qual se encontra em vigor.

Secretaria-Geral do Ministério, 12 de Fevereiro de 1969. — O Secretário-Geral, *José Luis Archer*.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Administração Civil

Decreto n.º 48 883

A experiência aconselha a alteração da redacção de algumas disposições legais vigentes e o ajustamento da categoria de alguns funcionários ultramarinos.

Por proposta dos respectivos governos das províncias ultramarinas;

Por motivo de urgência e de harmonia com o disposto no § 1.º do artigo 150.º da Constituição Política;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do mesmo artigo, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Os artigos 22.º, 23.º e 24.º do Decreto n.º 45 083, de 24 de Junho de 1963, passam a ter a seguinte redacção:

Art. 22.º O expediente administrativo e o movimento da tesouraria são assegurados por um funcionário incluído na letra N referida no artigo 90.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, com a designação de secretário-tesoureiro, a prover por contrato, sob proposta da comissão.

Art. 23.º Ao secretário-tesoureiro é atribuída a gratificação mensal de 1000\$.

Art. 24.º O pessoal da guarnição dos serviços de transportes marítimos tem direito a uma percentagem, a fixar pelo governador, sob proposta da comissão, nunca inferior a 5 por cento sobre as receitas arrecadadas, excluído o subsídio, nos termos em que for regulamentado pelo governador da província.

Art. 2.º Nos mapas I e X anexos ao Decreto n.º 40 709, de 31 de Julho de 1956, passa a incluir-se na letra G o

cargo de capitão de marinha mercante (que comande navio-motor dos Serviços de Transportes Marítimos de Timor).

Art. 3.º No quadro do pessoal de enfermagem dos Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Angola e de Moçambique, aprovado pelo Decreto n.º 42 312, de 9 de Junho de 1959, os enfermeiros/as-chefes, os enfermeiros/as-visitadoras e os enfermeiros/as de 2.ª classe passam a incluir-se, respectivamente, nas letras M, O e Q referidas no artigo 90.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino.

§ único. No mesmo quadro é substituída a designação de enfermeiro/a-visitador pela de enfermeiro de 1.ª classe.

Art. 4.º Os arquitectos dos serviços de portos, caminhos de ferro e transportes do ultramar ascenderão à letra F referida no artigo 90.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino após cinco anos de efectivo serviço com boas informações.

Art. 5.º O quadro dos cabos-de-mar dos Serviços de Marinha de Moçambique passa a distribuir-se pelas seguintes categorias:

9 cabos-de-mar de 1.ª classe — letra Q;
15 cabos-de-mar de 2.ª classe — letra R;
27 cabos-de-mar de 3.ª classe — letra S.

§ único. O provimento dos lugares, bem como a transição dos actuais cabos-de-mar para o novo quadro, serão regulamentados pelo Governo-Geral da província.

Art. 6.º O n.º 2.º do artigo 60.º do Estatuto da Polícia de Segurança Pública de Angola, aprovado pelo Decreto n.º 47 360, de 2 de Dezembro de 1966, passa a ter a seguinte redacção:

2.º A segunda vaga será destinada ao segundo-subchefe mais antigo, desde que tenha quatro ou mais anos de serviço na categoria e satisfaça às condições gerais de promoção.

Art. 7.º No mapa I anexo ao estatuto a que se refere o artigo anterior são aumentados os seguintes lugares:

Comissários	30
Chefes de esquadra	101
Segundos-subchefes	90
Guardas de 1.ª e 2.ª classe	992

Art. 8.º É rectificada como segue a redacção dada ao artigo 42.º do Decreto n.º 46 421, de 5 de Julho de 1965, pelo artigo 1.º do Decreto n.º 48 333, de 15 de Abril de 1968:

Art. 42.º Além da gratificação e outras remunerações, o pessoal técnico, incluindo os inspectores provinciais, directores e subdirectores, receberá, cumulativamente, um subsídio diário a fixar em cada caso por despacho do governador-geral, sob proposta fundamentada do director dos serviços, não podendo, porém, ultrapassar o máximo estabelecido em cada província para funcionários de igual ou equivalente categoria.

Marcello Caetano — Joaquim Moreira da Silva Cunha.

Promulgado em 14 de Fevereiro de 1969.

Publique-se.

Presidência da República, 28 de Fevereiro de 1969. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser publicado nos *Boletins Oficiais* de todas as províncias ultramarinas. — *J. da Silva Cunha.*